



FACULDADE METROPOLITANA  
NORTE RIOGRANDENSE

**FACULDADE METROPOLITANA NORTE RIOGRANDENSE**  
**DIRETORIA DE GRADUAÇÃO**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**DAIANA SILVA DE SOUZA**

**USO DOS RECURSOS SENSORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA**  
**CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA**

**NATAL/RN**

**2023**

**DAIANA SILVA DE SOUZA**

**USO DOS RECURSOS SENSORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA  
CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) como pré-requisito para a obtenção do título de graduado (a) em Pedagogia.

**Orientadora:** Professora Ms. Adriana Mônica Oliveira

**Coorientador:** Professora Liliane Camara

**NATAL/RN**

**2023**

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte  
Biblioteca Immanuel Kant – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense

S729u Souza, Daiana Silva de.

Uso dos recursos sensoriais para o desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista - TEA. – Natal, 2023.  
40 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Metropolitana Norte Riograndense, Departamento de Pedagogia. Natal, RN, 2023.

Orientadora: Profa. Ms. Adriana Mônica Oliveira.

1. Educação – Monografia. 2. Educação inclusiva – Monografia  
3. Autismo – Monografia. I. Oliveira, Adriana Mônica. II. Título.

CDD – 370

CDU – 37

**Elaborada pelo Bibliotecário Miqueias Alex de Souza Pereira – CRB – 15/925**

### **Índice de catálogo sistemático:**

1. Educação – 370
2. Educação. Ensino. Instrução – 37

**DAIANA SILVA DE SOUZA**

**USO DOS RECURSOS SENSORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA  
CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA-TEA**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia, da Faculdade Metropolitana Norte Riograndense (FAMEN) como pré-requisito para a obtenção do título de graduado(a) em Pedagogia.

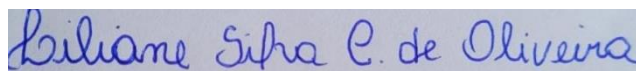
Monografia apresentada e aprovada em 28/12/2023, pela seguinte Banca Examinadora:

**BANCA EXAMINADORA**



---

Orientadora Professora Ms. Adriana Mônica Oliveira  
Faculdade Metropolitana Norteriograndense - FAMEN



---

Prof. Ms. Liliame Silva Câmara de Oliveira  
Faculdade Metropolitana Norteriograndense - FAMEN

---

Professor Adriel Felipe de Araújo Bezerra  
Faculdade Metropolitana Norteriograndense - FAMEN

**NATAL/RN  
2023**

*“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”*

*Arthur Schopenhauer*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por toda a sustentação dentro e fora da faculdade, pela sabedoria por ter me dado forças para chegar até aqui, por cada sopro de vida que me foi oferecido a cada manhã, onde posso avançar e crescer individual e coletivamente, e por colocarem meus caminhos pessoas tão especiais, que não mediam esforços em me ajudar durante a realização de toda essa graduação. A estas pessoas Eterno aqui meus sinceros agradecimentos.

A minha família, aos meus filhos, Dafhiny Fernanda, Douglas Samuel e Maria Helena por compreender a minha ausência em alguns momentos de sua vida durante essa graduação. Ao meu marido Jonison, pela compreensão dos momentos solitários enquanto eu estava em companhia de pessoas no convívio acadêmico.

Aos meus pais, irmãos e parentes que mesmo distantes se fizeram presentes ao longo deste trabalho, com mensagens de incentivo, carinho e apoio para que eu fosse até o fim com muita determinação.

A Professora Ms. Adriana Mônica Oliveira, minha orientadora e a minha coorientadora Liliane Câmara, por ter me acolhido tão bem e com suas palavras certas fizeram acreditar cada vez mais em mim. Por suas orientações, pelo compartilhamento de conhecimentos e material bibliográfico, e pelo carinho e confiança em mim dispensados desde o início dessa parceria. E a todos os que de maneira direta ou indireta me apoiaram e incentivaram na conquista de mais uma etapa da minha vida

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho, ao meu esposo pelo amor, dedicação e incentivo, e por me fazer acreditar que tudo é possível, basta perseguir os sonhos. Aos meus pais, por serem à base da minha perseverança. Amo vocês!

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como os recursos sensoriais influenciam no desenvolvimento da criança autista através do apoio da ludicidade no contexto escolar. O Conhecimento sobre essa temática no período da infância é importante, por ser esta a fase da vida mais relevante para o desenvolvimento humano, principalmente, quando se refere aos benefícios que os recursos sensoriais podem trazer para o aprendizado da criança. Atualmente, existe uma discussão entre os teóricos sobre a relação da criança autista com a brincadeira, e o que essa relação pode influenciar no desenvolvimento da criança com o espectro autista. Como opção metodológica foi adotada a pesquisa bibliografia e a abordagem qualitativa. Os recursos sensoriais influenciam de forma positiva no desenvolvimento da criança com autismo, possibilitando a mesma interagir a partir do momento que começa estabelecer novas relações. Por meio das contribuições teóricas os autores: Kishimoto (1993), Vygotsky (1998), Sasaki (2006), Mantoan (2006), Fonseca (2008).

**Palavras-chave:** Criança; Autismo; Recursos sensoriais; Ludicidade.



## ABSTRACT

The present research aimed to understand how sensory resources influence the development of autistic children through the support of playfulness in the school context. Knowledge about this topic during childhood is important, as this is the most relevant phase of life for human development, especially when it comes to the benefits that sensory resources can bring to a child's learning. Currently, there is a discussion among theorists about the relationship between autistic children and play, and what this relationship can influence on the development of children with pervasive developmental disorders. As a methodological option, bibliographical research and qualitative study types were adopted. Through the analysis of the case studied, it can be concluded that sensory resources have a positive influence on the development of children with autism, enabling them to interact from the moment they begin to establish new relationships. through theoretical contributions the authors: Kishimoto (1993), Vigotski (1998), Sasaki (2006), Mantoan (2006), Fonseca (2008).

**Keywords:** Child; Autism; Sensory resources; Playfulness

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: retrospectiva histórica.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Necessidade educativa especial – NEE: conceito e legislação.....</b>	<b>16</b>
<b>3.</b>	<b>AÇÕES DA ESCOLA PARA GARANTIR A PERMANÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DOS ALUNOS COM NEE.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1</b>	<b>LUDICIDADE: Jogos e brincadeiras utilizados como ferramentas de ensino e aprendizagem.....</b>	<b>24</b>
<b>3.2</b>	<b>Ludicidade favorecendo a interação da criança autista.....</b>	<b>31</b>
<b>4</b>	<b>A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS SENSORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM TEA.....</b>	<b>34</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>37</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>39</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>40</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho final de conclusão de curso tem como tema o uso dos recursos sensoriais para o desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista - TEA. O intuito é apresentar como os referidos recursos podem ser utilizados dentro do ambiente escolar. As crianças têm características em comum, bem como necessidades e comportamentos únicos, dificuldade de comunicação e processamento de informações sensoriais, sensibilidade aos estímulos do ambiente, são fatores que recursos sensoriais podem trazer benefício e o desenvolvimento da criança.

Os motivos que levaram a pesquisar sobre essa temática surgiram a partir de um estágio remunerado, onde me deparei pela primeira vez com uma criança com Transtorno de Espectro Autista (TEA) dentro do ambiente escolar, passamos a observar como os docentes faziam para que a criança viesse a aprender, percebemos que eram muito usados os recursos sensoriais, passando assim a haver interesse por esse método e como poderíamos ajudar a criança a se desenvolver melhor, pois os procedimentos sensoriais têm vários benefícios para o desenvolvimento de todas as crianças.

Através desta pesquisa compreendemos a forma de utilizarmos os recursos sensoriais para o desenvolvimento da criança com TEA dentro do espaço escolar. Como os métodos sensoriais podem contribuir para o desenvolvimento da criança com Transtorno do Espectro Autista? De que forma o professor pode utilizar as atividades sensoriais para estimular o desenvolvimento da criança autista? Qual a importância dos recursos sensoriais para os processos de ensino e de aprendizagem?

Objetivamos apresentados benefícios que os métodos sensoriais trazem para o desenvolvimento da criança com TEA dentro do ambiente escolar. estimularmos o aspecto sensorial deles através dos métodos visuais e verificarmos se ocorreu a aprendizagem através dos métodos utilizados. Como procedimentos metodológicos utilizaram a pesquisa bibliográfica e qualitativa, por meio das contribuições teóricas dos autores: Kishimoto (1993), Vygotsky (1998), Sasaki (2006), Mantoan (2006), Fonseca (2008), entre outros que tratam da temática, além das orientações no percurso referente ao aspecto estrutural. Esse trabalho contempla os seguintes pontos: Introdução, Revisão de literatura, Metodologia, Considerações finais e Referências.

## 2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: retrospectiva histórica

Fazendo uma retrospectiva histórica da inclusão escolar, de forma geral, podemos ver que ainda é muito recente a educação inclusiva no Brasil. Um dos principais motivos para esse atraso foi o preconceito, que segundo Ferreira e Guimarães (2003) desde as nações mais antigas, era uma prática rotineira excluir os indivíduos com deficiências entre algumas sociedades

Em 1930, foram criadas as primeiras instituições prestadoras de serviços ao cuidar de pessoas com deficiência mental. As primeiras unidades especiais foram beneficiadas por meio de um ocorrido muito importante: na história da nossa nação, quando atingiram o seu auge na filantropia e no bem-estar. Conforme Batista (2006), a história da educação no Brasil se divide em dois momentos, a saber:

[...] O Brasil Império, as pessoas com deficiências mais acentuadas, impedidas de realizar trabalhos braçais (agricultura ou serviços de casa) eram segregadas em instituições públicas. As demais conviviam com suas famílias e não se destacavam muito, uma vez que a sociedade, por ser rural, não exigia um grau muito elevado de desenvolvimento cognitivo.[...] ao mesmo tempo, em que surgia a necessidade de escolarização entre a população, a sociedade passa a conceber a pessoa com deficiência como um indivíduo que, devido suas limitações, não podia conviver nos mesmos espaços sociais que os normais – deveria, portanto, estudar em locais separados e, só seriam aceitos na sociedade aqueles que conseguissem agir o mais próximo da normalidade possível, sendo capazes de exercer as mesmas funções. Marca este momento o desenvolvimento da psicologia voltada para a educação, o surgimento das instituições privadas e das classes especiais (Batista, 2006, p.37).

Por volta do ano de 1954 nasceu a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), devido ao empenho pessoal de uma mãe americana, Beatrice Bemis, e de seu marido, com apoio de profissionais da área de saúde, profissionais liberais e professores envolvido com a área de educação especial com o objetivo de atender às demandas ignoradas ou mal assessoradas pelo setor público. Para pessoas com deficiência a situação era ainda mais crítica.

De acordo com Ferreira (2006), no Brasil, o marco da educação especial aconteceu durante o período imperial, em junho de 1855, quando D. Pedro II recebeu um relatório apresentado pelo francês Eduard Huet que era surdo de nascença, cujo conteúdo revelava a intenção de fundar uma escola para surdos no Brasil. O Império Couto Ferraz foi fundado após Luís Pedreira do Couto Ferraz impressionar com o

trabalho de um jovem chamado de José Álvares de Azevedo que era cego de nascença, então foi criado o Instituto Imperial para Crianças Cegas. Em 1891 o nome da escola foi alterado para Instituto Benjamin Constante-IBC 1857 Colégio Imperial, fundado pelo Dr. Pedro II, criou uma escola para surdos e mudos, rebatizada de Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES em 1957.

Na década de 1970, começou um processo de padronização que se diz respeito a organização internacional de padronização-ISO. Portanto, é um meio de promover a padronização de produtos e serviços dentro de uma companhia com objetos de desenvolver um padrão a ser seguido por todos os colaboradores de ambientes, das condições de vida e dos serviços para as pessoas com deficiência. Mantoan (2006) assegura que o objetivo da padronização tornar acessível às pessoas socialmente desvalorizadas, com condições e padrões de vida análogos aos geralmente disponíveis para as pessoas de uma determinada região, ambiente ou sociedade definida. Corroborando com esse pensamento de (mantoan, 2006). (Sasaki 2006) argumenta que:

A padronização significa criar ambientes tão semelhantes quanto possíveis para pessoas atendidas em instituições ou separadas, de algum outro modo, ambientes mais parecidos possíveis com aqueles vivenciados pela população em geral. Substituição da expressão “alunos excepcionais” por “alunos portadores de necessidades especiais” aconteceu no ano de 1986, pois assim a pessoa com deficiência passou a ter sua imagem socialmente mais valorizada (Sasaki, 2006, p,31).

Em 1978, foi criado o programa de mestrado em educação intitulado Programa Especial da Universidade de São Carlos (UFSCAR) com Curso de Mestrado em 1979 na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (Sasaki, 2002). Portanto, a década de 70 pode ser considerada o ponto de partida no processo de integração social, quando começou a ganhar visibilidade, com o propósito de discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência. Mas esse processo de integração ganhou força na década de 1980, que segundo Sasaki (2002), quando houve luta de pessoas com deficiências pelos seus direitos, apesar das dificuldades, encontraram apoio consistente de cidadãos informados e engajados. Nas ultimas década especialmente a partir da década de 1980 muito foi debatido sobre o sistema educacional inclusivo. Uma educação inclusiva de qualidade para todos.

A educação inclusiva ainda é muito jovem pela sua história, que ainda tem um longo caminho a ser percorrido. Conforme a Constituição Federal de 1988:

art.205, a educação é direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. E o seu artigo 208 garante isso, inciso III, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, com o objetivo de promover e abranger todas as pessoas com diferentes necessidades educacionais e deficiências (Brasil, 1988).

Nos anos 1990 surgiu o termo Escola Inclusiva mediante movimentos sociais de pais e alunos com deficiência, que reivindicavam acesso de seus filhos com necessidades Especiais, cujo o objetivo era incluir alunos com necessidades especiais na rede de ensino regular, reconhecendo com respeito à necessidade de cada criança para serem educadas em conjunto, independentemente de suas condições intelectuais, afetivas, sociais, físicas e linguísticas. Atualmente os serviços educacionais são desenvolvidos separadamente, tendo diferenciações nas ações pedagógicas que contemplem as necessidades educacionais de todos, aceitando e compartilhando o atendimento das escolas especiais.

Em 1990, a organização da Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, que aconteceu na Tailândia, onde ocorre a aprovação dos direitos da pessoa com necessidades especiais a uma educação digna. Conforme (Mantoan 2006):

O mais importante era garantir os direitos humanos. Em 1999, a Legislação da Guatemala, convenção interamericana sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência, o Brasil assinou o documento que estava no decreto aprovado em 13 de junho de 2001 (Mantoan, 2006, p. 24).

Todos os dias precisamos de leis cada vez mais inclusivas que levem todas as pessoas, com ou sem necessidades, para que sintam realmente que pertencem à sociedade como verdadeiros cidadãos deste país. Hoje, a escola deve estar em perfeita sintonia com o aluno, ela e a instituição responsável pelo desenvolvimento do estudante junto com a família. A instituição deve ter princípios e objetivos próximos da realidade desse aluno, seja ele com necessidades especiais ou não.

Algumas mudanças precisam ser feitas em nossas escolas para acomodar alunos com deficiência e garantir as condições para a persistência dos alunos, o que se aplica ao conceito de educação inclusiva. Vale lembrar também que os alunos com deficiência passaram a partir de 1990 a serem incluídos nas escolas regulares durante todo tempo assim seja necessário, desde o ensino fundamental, era obrigatório, gratuito e para todos.

A escola não tem como única função divulgar ao aluno conteúdo, é da escola também o papel de preparar, instrumentar e proporcionar à criança o desenvolvimento pleno das habilidades escolares, físicas e sociais. Atingida em sua totalidade, principalmente no que diz respeito à pessoa com deficiência, que por falta de estruturas físicas, formação docente ainda carente e materiais adequados ainda tem um caminho muito difícil a percorrer.

O processo de inclusão do aluno com deficiência em salas de aulas regulares requer ainda muitas mudanças na atitude da escola, que funciona como um exemplo da sociedade, dando uma visão geral de como ela é. Ressaltando uma importante missão da escola, que é a de proporcionar relacionamentos em um ambiente de interação. Uma instituição especial, a Declaração de Salamanca, e um documento que surgiu na conferência mundial sobre a educação especial em Salamanca na Espanha em 1994 ela foi elaborada para orientar as práticas das organizações e do governo o que sugere, entre outras coisas, que nas escolas são bem-vindas as crianças com deficiência e superdotados.

O objetivo principal da declaração de Salamanca era definir políticas de estímulo à atividade dos conselhos de organizações internacionais e nacionais, organizações de ajuda humanitária, organizações não governamentais e outras instituições. (Oliveira *et al*, 2018).

A partir da Declaração de Salamanca no ano de 1994 foi continuado em todo o País o direito à educação para todos. A própria Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº939/1996, baseia-se nos princípios e na filosofia de que todos devem ser iguais à oportunidade de aprender e desenvolver seus talentos, habilidades e potencial alcançar a independência social e econômica e, ser plenamente integrado vida em sociedade.

A trajetória da pessoa com deficiência na sociedade foi marcada por diversos preconceitos, podendo serem mortos ou até mesmo excluídos da sociedade. Nesse sentido os autistas nos momentos de crises eram amarrados e levados a clínicas psiquiátricas. Em primeiro plano, é pertinente citar que nas civilizações antigas como Grécia e Roma ,grandes filósofos abordavam sobre pessoas “defeituosas” e suas falas reforçavam que elas deveriam serem mortas.Com tudo com o passar dos anos a igreja católica com a supremacia do poder, começa a dispor do período de assistencialismo a esse público.Com pesquisas mais aprofundadas por um determinado médico chamado Hugo Pizzolli, que em 1914 veio ao Brasil com o

objetivo de expor seus conhecimentos aos médicos e educadores. Martins, (2015). Assim na inserção da escola por muitos anos foi marcado pela falta de recursos e adaptações. Devido a demanda desse público terem aumentado os anseios sociais fizeram com que surgissem conferencias para discutir sobre a inclusão desses indivíduos. Foram criadas escolas especiais como pretexto para crianças que não conseguiam atender as demandas das instituições escolares regulares para isso era elencadas várias justificativas para convencer que ali seria o melhor lugar para esse publico. Com essa visão determinista muitos alunos deficientes que estavam aptos a conviver nas escolas regulares, foram tirados. visto que poderiam diminuir os índices de excelência do modelo escolar vigente (Mantoan,2015).

A lei 12.764, do ano de 2012, considera a pessoa dentro do espectro autista como deficiente, descrito em seu parágrafo segundo. este termo é utilizado para referir-se a essas pessoas. dessa forma nota-se avanços legais voltados para o indivíduo dentro do TEA. Que de forma abrangente tem seus direitos descritos na constituição federal de 1988.

## **2.1 Necessidade Educativa Especial – NEE: conceito e Legislação**

O conceito de Necessidades Educativas Especiais (NEE) surge pela primeira vez, em 1978, com o relatório *Warnock*. Este refere-se ao ensino ministrado em classes especiais ou unidades de ensino para Crianças com determinados tipos de deficiência, abarcando também a noção de qualquer forma adicional de ajuda desde o nascimento até à maturidade para superar a dificuldade educacional, o que não acontecia antes da implementação deste documento. Este relatório ficou conhecido com o nome de “Warnock” em reconhecimento a Helen Mary Warnock que presidiu uma investigação durante quatro anos numa escola de Educação especial inglesa. Esta investigadora estudou e analisou grupos de crianças com Deficiência e outras sem deficiência, chegando à conclusão de que para se ter dificuldades de aprendizagem não estão implícitos ser deficiente, pois as crianças sem deficiência podem (Warnock 1987).

Apresentar problemas e distúrbios na aprendizagem. Segundo Warnock (1978) no documento Warnock, o conceito de Necessidades Educativas Especiais, engloba não só alunos com deficiências, mas todos os que, ao longo do seu percurso escolar, possam apresentar dificuldades específicas de aprendizagem”. como este documento



é extenso e foca vários aspectos na vida das crianças e jovens com NEE, vamos apenas abordar de modo sucinto as grandes prioridades do relatório que são referentes à intervenção precoce, transição para a vida adulta, educação em meio escolar dos alunos com NEE e a formação dos docentes.

O relatório Warnock teve a importância de caracterizar em pormenor o aluno com NEE (identificação, descrição e avaliação das suas necessidades) com o objetivo de se tomar medidas mais adequadas, para garantir o sucesso e uma plena integração. O relatório menciona ainda que essas medidas devem ser praticadas, sempre que possível, nas escolas regulares. Surge assim o princípio da normalização/integração escolar, em que todas as crianças devem ser educadas nas escolas regulares, num meio menos restrito possível, deixando espaço para casos muito excepcionais, somente crianças com deficiências graves ou complexas e após terem sido esgotados todos os recursos na escola regular.

O relatório Warnock também mostra preocupação com o termino da escolaridade obrigatória das crianças\jovens com NEE defendendo que a escola também deve dar capacidades básicas tanto ao nível da educação como social permitindo-lhes integração social e autonomia, o objetivo destes serviços e avaliar as necessidades destes alunos, finaliza-los, garantindo assim a melhor intervenção possível a Legislação de educação especial.

Os alunos com NEE são todos os que necessitam de apoio educativo especial em algum momento do seu percurso escolar, independentemente da sua duração ou gravidade, e assumindo que a finalidade da educação tem que ser igual para todas as crianças, quer tenham deficiência ou não. um dos objetivos do relatório foi chamar a atenção sobre o período anterior ao da entrada para a escola, consideradas as crianças com menos de 3 anos que nasçam com uma deficiência ou que a desenvolvam após o nascimento. O relatório refere que a educação não começa na escola, mas sim logo que a criança nasce, principalmente se esta teve alguma deficiência.

Uma das leis que vigora para o ensino especial é o decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro de 2008 (Brasi, 2008). Este normativo refere-se às novas medidas de educação especial, No seu Preâmbulo estão definidos os apoios especializados para alunos com NEE de carácter Permanente. Os apoios especializados visam responder às necessidades educativas Especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da atividade e da participação, com vários domínios de vida, decorrentes de

alterações funcionais e estruturais, de Carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social e dando lugar à mobilização de serviços especializados para promover ainda refere que no processo de avaliação da criança ou jovem com NEE. Assim, a Constituição Federal- (Brasil,1988) Garante nos artigos,208 e 227:

Toda pessoa com deficiência tem direito a educação especializada, preferencialmente na rede regular de ensino, ao acesso ao ensino obrigatório e gratuito nas redes de educação ,garanti programas de prevenção e atendimento especializado para pessoas com deficiência, ou seja ela física, sensorial ou mental,[...] integração social de adolescente com deficiência ao trabalho mediante a treinamento para a convivência e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, sem nenhum preconceito e obstáculos tendo acesso adequado para pessoas com deficiência.(Brasil,1998.p.115\125)

Em 2011, foi emitida a portaria N° 7.611, Brasil (2011) que regulamenta o Atendimento a Educação Especial (AEE), que e a mediação pedagógica que visa possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento das necessidades educativas especiais dos alunos com deficiências, Transtorno do Espectro Autista-TEA e altas habilidades ou superdotação além de outras medidas, portanto, com base nestes elementos importantes e nos avanços significativos na educação inclusiva.

A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência promove a regulamentação dos artigos da Lei Brasileira de inclusão de pessoas com deficiência posto na, Lei nº 13.146,de 6 de julho de 2015 (Brasil , 2015). é um conjunto de normas que visa assegurar e promover o exercício dos direitos e liberdades fundamentais em igualdade de condições com as demais pessoas, para pessoas com deficiência visando sua inclusão social e cidadania. a criança autista deve estar inserida no contexto integral da escola e a instituição, por sua vez deve respeitar suas particularidade. Os aluno com NEE são aqueles que por apresentarem determinadas características, podem necessitar de serviços de educação especial durante ou parte do percurso escolar, facilitando o seu desenvolvimento acadêmico ou pessoal.

O autista está incluído no NEE devido fazer parte dessas características, como dificuldade de acompanha o currículo dito como normal.

### **3 Ações da escola para garantir a permanência e o desenvolvimento dos alunos com NEE**

Uma escola igualitária e inclusiva é um desafio que exige a revisão de uma série de aspectos, desde o setor administrativo até o pedagógico. As unidades de ensino básico devem oferecer vagas gratuitas e matricular a todos os alunos, providenciando atendimento igualitário aos alunos com Necessidades Educativas Especiais-NEE e assegurando as condições necessárias à sua permanência e aprendizagem (Jacomeli, 2019). Com relação à educação especial, o artigo 3º da Resolução Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) n.º 2, de 11 de setembro de 2001, dispõe:

A pedagogia especial, categoria de ensino, refere-se a um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que fornece recursos e serviços educacionais e especiais institucionalmente organizados para apoiar, completar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais gerais, para fornecer ensino. E promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos carentes de Educação Especial em todas as fases e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2001, p. 1)

A inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais-NEE na rede regular de ensino não significa apenas a presença física com outros alunos, mas representa a coragem de olhar para conceitos e paradigmas na perspectiva de uma educação para todos e desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitar suas diferenças e atender às suas necessidades. A diversidade entre os alunos deve ser respeitada e valorizada, portanto, o papel da escola é importante na definição de relações públicas e procedimentos que incluam alunos, funcionários, professores e dirigentes para possibilitar espaços inclusivos e sem barreiras para que todos possam fazer parte do todo, ou seja, que a atividade extracurricular nunca descuide dos alunos com Necessidades Especiais (Jacomeli 2019).

A participação dos alunos carentes de educação especial deve ocorrer nas classes gerais da educação básica em todas as etapas ou modalidades da educação, de acordo com o artigo 3º da resolução CNE/CEB n.º 2, de 11 de setembro de 2001 (Brasil, 2001, p. 1), a Pedagogia Especial leva em consideração as situações singulares, o perfil dos alunos, as características Biopsicossociais dos alunos e suas faixas etárias, se orienta por princípios Éticos Políticos e Estéticos, a saber garantir:

I Dignidade humana e direito de todo aluno de realizar seu projeto de adaptação ao estudo, ao trabalho e à vida social; II A busca da identidade própria de cada aluno, o reconhecimento e valorização das diferenças e oportunidades e Necessidades Educacionais Especiais como base para a formação e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e qualificações no processo de ensino e aprendizagem; III desenvolver e ampliar a capacidade de exercer a cidadania, a participação social, política e econômica por meio do cumprimento de deveres e exercício de direitos. (Brasil, 2001, p.1).

O trabalho realizado nas unidades escolares com educação inclusiva deve ser direcionado a partir do seu contexto real, analisando as condições em que a escola acolhe alunos com NEE e como ela garante a aprendizagem, possibilitando a inclusão da educação básica e especial nas escolas inclusivas, os pares apoiam-se mutuamente e satisfazem as suas necessidades, sejam eles colegas de turma, colegas de escola ou profissionais. O objetivo dessas escolas é superar todos os obstáculos que as impedem de progredir no sentido de oferecer uma educação de qualidade. Conforme Mader (1997), a Política de igualdade deve ser construída com seriedade e responsabilidade, o que possibilita atividades significativas e de qualidade, na prática da educação inclusiva.

Existe um consenso das Diretrizes nacionais para a Educação especial na educação básica-LDB de que crianças e jovens que necessitam de educação especial devem ser incluídos nos currículos da maioria das crianças, isso levou ao conceito de uma escola inclusiva. O desafio de uma escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia que possa educar com sucesso todos os alunos, incluindo as pessoas com deficiência (Salamanca,1994). Enfatizando, a autora Mantoan (2003) aponta:

Que a reconstrução dos princípios básicos de uma escola de qualidade para todos está relacionada a questões específicas relacionadas ao conhecimento e à aprendizagem, ou seja, constata-se que as atividades educativas requerem intenções, representações que temos sobre o papel da escola, professor, aluno, segundo os paradigmas que os sustentam. (Mantoan, 2003, p.3)

A autora também afirma que uma escola inclusiva requer mudanças de paradigmas, que podem ser definidos como modelos, exemplos abstratos imperfeitamente realizados no mundo concreto. Segundo o entendimento moderno, também pode ser considerado como um conjunto de regras, normas, crenças, valores, princípios que são compartilhados em determinado momento histórico em um grupo

e que orientam nosso comportamento até uma crise, pois não mais satisfazem, para nós, eles não nos dão mais explicações sobre (Mantoan, 2003).

Questões que precisam ser resolvidas ainda hoje, a inclusão é vista como um desafio que gera dores e expectativas para a maioria dos educadores, porém, é mais ameno do que antes, pois devidamente aprovado pela escola, desencadeia um compromisso com práticas pedagógicas que favoreçam todos os alunos, ou seja, uma verdadeira mudança na concepção de ensino, cujo objetivo é a aprendizagem significativa, a aprendizagem inclusiva de qualidade, não faz mais sentido manter modelos tradicionais de ensino, desprezar as diferenças e manter uma escola exclusiva. O parágrafo 1º do artigo 208 da constituição federal estabelece que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo”. A seção 208 descreve ainda que o apoio educacional especial para pessoas com deficiência deve ser preferencialmente na rede regular de ensino.

No século XXI, precisamos de uma escola que se dedique ao desenvolvimento integral de um cidadão civil, crítico, participativo e criativo que atenda às demandas e à competitividade do mundo moderno, trazendo mudanças rápidas e complexas da sociedade moderna, a educação escolar no exercício da cidadania significa, portanto, a participação efetiva da pessoa na vida social, a responsabilidade pelo respeito e a solidariedade, a preservação da dignidade humana, a igualdade e o combate a todas as formas de discriminação. Acreditando no desenvolvimento de alunos com NEE, Mantoan (2003) destaca algumas estratégias que auxiliam o trabalho dos docentes, como a aprendizagem do aluno; a saber:

Torná-la o eixo das escolas onde todas as crianças podem aprender; Garantia de tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com suas habilidades; Criar um espaço para alunos, professores, gestores e funcionários da escola praticarem a colaboração, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o pensamento crítico. Motivação, para a formação continuada e reconhecimento do professor responsável pela aprendizagem do aluno. Substituir a classificação da avaliação escolar de notas e provas por um processo contínuo e formativo no ensino e na aprendizagem. (Mantoan, 2003. P. 3)

A inclusão significa práticas pedagógicas inovadoras promovendo um ensino mais eficaz e eficiente, voltadas para o sucesso educacional de todos os alunos, ressalta-se que embora a escola por si só não possa trazer mudanças sociais, ela pode fortalecer os primeiros princípios da inclusão, portanto, o principal desafio da

educação como espaço inclusivo deve ser o sucesso de todos os alunos.com deficiências na instituição que vem ocorrendo de modo gradual (Jacomeli, 2019). Dessa forma, é relevante assegurar esses direitos, pesquisas e debates em relação à temática, mostrando a interação de discentes com deficiência nos ambientes educacionais, enquanto cidadãos, com seus direitos delineados no desenvolvimento social e intelectual.

As pessoas com NEE representam um número crescente de pessoas com algum tipo de dificuldade. Fala-se muito na inclusão dos alunos com necessidades nas aulas regulares, mas o governo não dá às escolas e aos professores as condições adequadas para que o processo de inclusão faça com que os alunos se sintam plenamente incluso no ambiente escolar, a lei N°7.611 que deve ser respeitada e os alunos com necessidades especiais devem ser incluídos nos ambientes educacionais.

A escola deve adaptar-se às diferentes realidades que a acompanham; assim, em 2002, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Guia Curricular Nacional para a Formação de Professores Primários (Brasil, 2002). Formação primária de professores é um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos que devem ser seguidos na instituição de ensino e no currículo de cada instituição de ensino e que se aplica a todos. Fases e formas do ensino primário. Este processo é necessário porque a sociedade enfrenta grandes mudanças, com consequências concomitantes para as pessoas com necessidades especiais. Depois de muitas lutas, as famílias de alunos com alguma deficiência conquistaram seus direitos e foram aceitas na sociedade. Friedman (1996) afirma que:

As escolas são elementos de transformação social e suas funções Trata-se de contribuir com outros participantes para a vida social para essas transformações ocorrerem. Neste sentido, com as escolas devem tratar as crianças como seres sociais e como pessoas funcionais, trabalhe com eles para tornar sua inclusão construtiva. (Friedman 1996, p.5).

Atualmente, um aspecto muito importante para os profissionais na primeira infância e na educação básica é a inclusão. A escola normal deve estar fisicamente apta e equipada com materiais de aprendizagem apropriados, profissionais que respondam a esta necessidade para que possam contribuir juntos construa uma escola abrangente. Na Lei nº 939/96 sobre diretrizes e fundamentos nacionais do ensino, ele explica o melhor tipo de educação disponível na rede de ensino geral para aluno com NEE fornecendo serviços de suporte necessário.

As escolas de formação profissional, nas escolas públicas, atendem a características específicas Clientes de formação profissional. Será fornecido apoio educacional na sala de aula, na escola ou nos serviços profissionais, estando sempre disponível Dependendo das circunstâncias específicas do aluno, não é permitida a retirada da escola Integração nos currículos do ensino normal.

A legislação exige claramente que o aluno permaneça em uma escola regular, seguindo essa lógica, é importante e necessário que os professores conheçam e compreendam. As atividades lúdicas têm se mostrado uma ferramenta valiosa para aumentar a participação de todos os alunos que fazem parte da educação formal e podem servir como um recurso para os professores fornecerem informações sobre os interesses dos alunos, as interações, a capacidade de adaptação às regras, etc. (Jacomeli, 2019).

A proposta lúdica, centrada no brincar no espaço educativo, articula a convivência tolerante com as diferenças e que cada momento é único, subjetivo e singular. Promovendo uma inclusão social, emocional e intelectual da criança. A inclusão educativa tem em conta a diversidade cultural, complexidade das redes de inclusão humana. Isto não se limita a incluir alunos com necessidades especiais em redes regulares.

Existem professores especializados em educação inclusiva comprometidos com a inovação contínua na educação. Ainda é popular nas escolas ao conhecer um professor incerto, ele precisa fazer mais preparativos e os especialistas prestam cuidados adequados às crianças com necessidades especiais. Se quisermos que a educação seja abrangente, deve haver consistência nos conteúdos educacionais Características típicas do ensino público e privado que são essenciais treinamentos para compreender o vasto universo.

Tendo isto em mente, é importante destacar a necessidade de apoiar os professores com buscas contínua por formas de intervenção no processo de ensino\Aprender e usar brincadeiras para realizar atividades é um excelente recurso porque fornece os meios para fazer melhor adaptação, integração e aquisição de crianças no processo de integração confie nos espaços escolares.

### **3.1 Ludicidade: Jogos e brincadeiras utilizados como ferramentas de ensino e aprendizagem**

A ludicidade vem da palavra latina(ludus) que significa brincar junto com o desenvolvimento, o conceito ludicidade deixou de ser simplesmente sinônimo de brincadeira, passou a ser atividades voluntarias (Porangaba, 2023). Ludicidade possui aulas que se diferenciam no uso de materiais sendo usados para a implementação para as crianças com NEE. Contem relacionamentos, objetos e suas características, movimento e mudanças resultantes na percepção, a modalidade da criança com níveis de organização, utilizados na ludicidade através da linguagem oral e de sinais e do senso social, como papeis e situações construída na sociedade, Segundo Luckes (2000), o lúdico pode ser caracterizado como uma experiência que possibilita o aluno aprender a vivência em suas atividades.

Dessa forma, a ludicidade participa de atividades que são consideradas necessárias da dinâmica humana. A ludicidade pode ser uma ponte que facilita a aprendizagem do professor poderia pensar e questionar seu método de ensino, relacionar seu uso a ludicidade como fator motivador em todas as aulas (Campos,1986).

É muito importante que os professores usem a ludicidade em sua prática pedagógica, criando jogos ou formas diferenciadas de ensinar os componentes aos estudantes. Na teoria sócio-histórica, afeto, cognição, forma e conteúdo são inseparáveis de atividade humana, porque o jogo se passa em um contexto cultural. Neste pensamento, durante o desenvolvimento, o brinquedo desempenha diversas funções, entre elas, as diversas necessidades da criança, dão-lhe a oportunidade de participar do mundo das ilusões, permite o conhecimento, proporciona experiência entre o pensamento e o objeto real e favorece um autocontrole diante das regras sociais e dos próprios impulsos. Segundo Fonseca (2008):

[...]a brincadeira é a fonte mais importante de desenvolvimento na idade pré-escolar. Isso é a criança modifica brinquedos socialmente construídos que ainda não possui o poder criativo para desenvolvê-los e, ao mesmo tempo, dotar-se de funções psicológicas cada vez mais estruturada. Neste caso, os brinquedos vão auxiliar na aprendizagem da criança. (Fonseca, 2008, p. 376)

A ludicidade é apresentada à criança como uma experiência criativa e assim contribui o desenvolvimento da sua personalidade. Através dos brinquedos, a criança



começa a adquirir uma postura diferente, adaptação interna através da atenção e imaginação e também externamente através da comunicação, interação e imitação. Os jogos de “faz de conta”, por exemplo, se iniciam mais tarde no desenvolvimento da criança, na qual as mesmas começam a apresentar algumas manifestações lúdicas no desenvolvimento criança, onde passam a apresentar manifestações lúdicas, por exemplo, O brincar é um processo comum que envolve representações simbólicas e diferentes processos de imaginação. Este tipo de brincadeira permite construir conhecimento da criança em relações nas quais ela possui significados. Para Vygotsky (1998):

Os jogos de ficção são produzidos na Zona de Desenvolvimento Próxima-(ZDP), pois apresentando um objeto a criança passa a se relacionar, isso significa que você é o dono. O jogo então permite o pensamento abstrato, o momento em que ações concretas com objetos podem se tornar manifestações outros significados. Na teoria cognitiva, brinquedos e brincadeiras formam conexões importantes na construção do conhecimento, pois o sujeito internaliza sua realidade simbolização. (Vygotsky, 1998, p.376)

A brincadeira então transforma a ludicidade em uma oportunidade de desenvolvimento e uma região de ansiedade através de um espaço que medeia sentimentos e ideias entre o real e o real imaginário. Deste ponto de vista, a imaginação das crianças se desenvolve sobre o seu desenvolvimento, quando começa a precisar de um jogo quando interage com a realidade material recriar o mundo intangível. Portanto, a atividade lúdica cumpre o seu propósito, a organização dos neurônios, que é um elemento básico para uma criança. Conforme Vygotsky (2009):

[...] a imaginação tem um papel muito importante no comportamento e desenvolvimento Humano Torna-se um meio de expandir a experiência sobre um indivíduo porque ele pode fazer isso com base na história ou descrição de outra pessoa. Imagine o que você não viu, o que não experimentou diretamente em sua experiência pessoal. (Vygotsky, 2009, p. 25)

O brinquedo permite que a criança desenvolva conhecimentos, por exemplo, para se satisfazer, ele cria situações ilusórias e imaginárias para seus desejos não realizados. Portanto, o comportamento de uma criança muda no início da pré-escola, quando desejos que não podem ser imediatamente satisfeitos. É por isso que a

ludicidade é um ótimo recurso para que a criança aprenda a agir cognitivamente, o que depende da sua motivação.

A brincadeira também aumenta a autoestima da criança porque muda a autoestima, as informações sobre ideias compartilhadas que fazem parte de seu tempo de jogo. Esse o conhecimento vem da imitação de alguém quem sabe, por exemplo, família ou professor. E é nesse momento que a criança começa a formar vínculos e distinguir as características do papel desempenhado. Mas, que as crianças possam desenvolver as suas competências no domínio da imaginação e da criatividade, deve haver materiais suficientes e espaço adequado para a sua inclusão. É por isso que é importante ter experiências diferentes oferecidos em instituições, principalmente para a ludicidade que constituem uma linguagem da criança que pode desenvolver relacionamentos com os outros e com o mundo.

A escola tradicional, por exemplo, na qual seu ensino está voltado para a transmissão de conteúdos, não comporta um modelo lúdico. A prática pedagógica dessas escolas está vinculada a ideia da repetição sob um olhar comportamentalista, tornando assim o conhecimento inalterável e não como um saber que pode ser construído historicamente. De acordo com Mrech (2001):

[...] não se encaixam nas concepções tradicionalistas de educação que priorizam a aquisição de conhecimentos, a disciplina e a ordem como valores primordiais a serem cultivados nas escolas. Esta dificuldade em olhar de modo inovador aspectos fundamentais e específicos da escola contribui para limitar as ações que realmente colaborem para a efetivação de mudanças significativas nas práticas pedagógicas (Mrech, 2001, p. 134).

Por isso, que atualmente se fala de forma constante da importância de se trabalhar o lúdico em sala de aula, algo capaz de sensibilizar, instigar a criação e aguçar a alegria de viver. Em suma, a ludicidade possibilita a criança desenvolver a imaginação e a cognição através da linguagem simbólica da realidade e por meio da construção do conhecimento. Cabe, portanto, aos adultos que mantêm um contato direto com as crianças, assim como as instituições, neste caso a escola, oferecer oportunidades para que a criança desenvolva a ludicidade através de brincadeiras que estimulem o respeito e a confiança (Silva; Haetinger, 2007).

A ludicidade é um ótimo recurso educacional para aprender e ajudar no desenvolvimento infantil durante a inclusão, transformação preparando o aluno para experiências positivas por meio de jogos, brincadeiras e atividades, os recursos de

ensino/apoio em sala de aula são essenciais para construir uma escola abrangente em pleno funcionamento. Aspectos interessantes potencializam a abordagem dos professores profissionais, pois os jogos são divertidos para as crianças, e ajuda na socialização e reforça.

A ludicidade ajuda muito na aprendizagem, no desenvolvimento cognitivo, inteligência e movimento. Aspectos interessantes contribuem muito para a interatividade e controle Ansiedades, emoções, medo e preocupação. Nesse processo, a ludicidade é um excelente recurso educativo, brincar faz parte da vida de toda criança e deve ser utilizado de forma cuidadosamente projetada para facilitar os processos de adaptação, aprendizagem e desenvolvimento integrado das crianças.

A ludicidade é um suporte poderoso para a aprendizagem, assim como atividades bem planejadas. Chama a atenção e faz com que a criança se sinta confiante ao mesmo tempo, em que mostra sua criatividade e visão crítica Enriquecer o dia a dia das crianças através de brinquedos e jogos. Segundo Ribeiro E Malaquias, (2013)

A ludicidade desempenha um papel central na experiência humana. Escritores gostam de uma parte importante do mundo infantil e da vida de cada pessoa. Uma olhada na Ludicidade deve ser considerada não apenas divertido, mas muito importante no processo ensinar e aprender na infância” (Ribeiro; Malaquias, 2013, p. 01)

A relação da criança com o brinquedo cria situações no imaginário infantil desempenha papéis diferentes. Quando uma criança brinca, ela cria uma situação imaginária e define as características do jogo em termos gerais. Nesta situação imaginária, quando uma criança desempenha um papel, ela imita inicialmente o comportamento dos adultos (Sirisara, 2008). Após esse entendimento, ao interagir com objetos, você passa a fazer parte do objeto da imaginação infantil. Como apontam os autores, quando as crianças interagem

Nestes exemplos percebemos que o ambiente estimula a interação, seja com objetos ou com outras crianças, brinca como oportunidade facilitar a integração e a interação entre as crianças. Daí a importância deste estudo A importância da ludicidade no processo de aprendizagem na comunicação. De como ela é importante no desenvolvimento. Portanto, o ato de brincar é parte integrante culturalmente, continua a fazer parte da narrativa humana, ao longo dos anos e os significados e a

terminologia associados a ele através de diferentes contextos históricos e sociais. As atividades de lazer adquirirão uma infinidade de variações e valores

A ludicidade, ou seja, à atividade, relacionado a jogos e brincadeiras. Segundo Nalin (2005), a ludicidade e, portanto, um termo que é frequentemente usado na educação, principalmente para criar um conceito "Jardim de infância" assim como e Friedrich Froebel que defendeu o uso educacional Jogos e brincadeiras devem ser habilmente organizados e dirigidos pelo professor. conforme Rau (2009), a melhor forma é se envolver no movimento ensinar e aprender seria encontrar uma fórmula que minimizasse a indiferença, a falta de concentração, falta de disciplina e dificuldades de aprendizagem. E por isso que o lúdico e considerando possivelmente a sugestão do autor. No âmbito da prática pedagógica transformador, o jogo enfatiza a aprendizagem através da brincadeira porque esta estratégia incentiva e desafia a criança. Kishimoto (1993) afirma:

Ao brincar, as crianças aprendem a cooperar com os seus pares, seguir as regras do jogo, respeitar os direitos dos outros, submeter-se à autoridade, assumir responsabilidade, aceitar punições por isso que lhe são atribuídos, dar oportunidades aos outros, numa palavra, viver para a sociedade. (Kishimoto, 1993. p.110)

Entre os diversos benefícios que as atividades recreativas podem proporcionar está o videogame é quem desenvolve na criança vários aspectos que vão muito além de aprendizado conforme você joga, os relacionamentos e o significado se expandem, valores, quando na interação é necessário reconhecer limites, agir de forma independente, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação. Entenda o papel da brincadeira no desenvolvimento da criança desde cedo nos primeiros anos de vida levam à conclusão de que através dessa interação se constrói relações de poder, prazer, conhecimento no processo educativo. Conforme Aberastury (1992):

O brinquedo oferece à criança diversas experiências na fase infantil. O desenvolvimento ao qual aludi e todos os desenvolvimentos subsequentes. O brinquedo tem muitas propriedades de objetos reais, mas um fato devido ao seu tamanho que a criança a governa como o adulto lhe dá a qualidade apropriada e permitida de algo se torna uma ferramenta gerenciar as situações dolorosas, difíceis e traumáticas em que você nasceu relacionamento com objetos reais. Além disso, o brinquedo é intercambiável e permite que a criança goste de repetir situações agradáveis e dolorosas, mas não pode reproduzir-se no mundo real. (Aberastury, 1992, p. 15).

Junto com a ideia acima mencionada vem o conceito de que a educação não é o que o professor prepara para as aulas, mas um processo espontâneo que ocorre uma progressão natural de experiências. Bem, nas palavras dos autores Montessori e Faria (2012):

Educação não é o que um professor dá, é um processo natural que se desenvolve espontaneamente no indivíduo humano; que não pode ser obtido pela escuta das palavras, mas pelas experiências realizadas no ambiente. A tarefa do professor não é falar, mas sim preparar e organizar a série as bases das atividades culturais em um ambiente especialmente preparado. (Montessori; Faria, 2012, p. 06)

Por isso ressaltamos aqui a importância de preparar o ambiente escolar desde o início uma atividade pedagógica significativa onde o lúdico é utilizado para o trabalho pedagógico, ou seja, a importância da atividade lúdica para a aprendizagem escolar. Pela sua importância, é necessário falar sobre os aspectos jurídicos desta prática pedagógica. Segundo Brasil (1990), que rege a Lei Federal 8.069/90 Crianças e jovens, no artigo 16 do Capítulo II, encontramos o direito à liberdade, jogos, esportes e entretenimento.

Neste sentido, é garantida a disponibilidade de entretenimento na lei, porque toda criança tem o direito de desfrutar de jogos e atividades. Assim, a garantia de jogar faz pensar na importância das apostas legais na educação, sejam atividades não formais, informais e formais. Todo o resto das pessoas, participantes na educação das crianças, pais e professores responsáveis pela promoção da atividade física e garante esse direito.

Conforme Menezes (2001), o consenso atual é que o brincar é o fator decisivo na aprendizagem da criança, porque ensinar através da brincadeira cria um ambiente gratificante e atraente que seja um incentivo para o desenvolvimento integral uma criança. Portanto, dentro do universo lúdico e educativo foram criadas brinquedotecas, jogos educativos, brinquedos educativos e outros materiais. Portanto, a atual abordagem pedagógica dos jogos incentiva o professor a praticar como recurso pedagógico para a aprendizagem e desenvolvimento infantil. Segundo o autor Kishimoto, (1994):

O lúdico é significativo porque é um uma ferramenta pedagógica [...]. Num contexto cultural e biológico, é uma atividade livre e alegre que contém significado. Tem grande valor social, oferece inúmeras oportunidades educacionais porque favorece desenvolvimento físico,

estimula a vida mental e a inteligência, promove adaptação ao grupo, preparando a criança para a vida em sociedade, envolver e questionar suposições sobre relações sociais, como está em vigor (Kishimoto, 1994, p. 37).

Ressalta-se que atividades recreativas e jogos são meios que alteram o processo ensino e aprendizagem significativos. Em outras palavras, através de um momento de relaxamento é possível atingir os objetivos do processo de aprendizagem planejado, uma vez que esse processo é realizado por meio de jogos e brincadeiras para ensinar e aprendizagem que abre inúmeras oportunidades de treinamento, ensino e desenvolvimento capacidades psicológicas, intelectuais e morais.

Segundo Carl (2007), o jogo desempenha um papel crucial no desenvolvimento dos processos de aprendizagem e no Desenvolvimento humano, porque a atividade lúdica é essencial para o desenvolvimento holístico, atividades infantis que fornecem conexões sistêmicas de desenvolvimento numerosos fenômenos cognitivos e sociais, como criatividade, resolução de problemas e aprendendo papéis sociais (Souza 2014).

Brincar ajuda as crianças a aprender fazendo gerar conceitos e ideias a partir dos quais o conhecimento possa ser construído, explorado e reinventado. Num ambiente lúdico, as crianças podem desenvolver o seu pensamento, satisfazer necessidades, explorar e encontrar o gosto de criar, desenvolver experiências, expressar e administrar emoções, além de ampliar horizontes, aprendendo a trabalhar juntos. Porque, com base na organização da sala, escolha de brinquedos e jogos e comunicação, as crianças incluem a atividade voluntária da criança e a atividade objetiva do professor. De acordo com Bosa (2002), a ausência de resposta das crianças autistas deve-se, muitas vezes, a falta de compreensão do que está sendo exigido dela, ao invés de uma atitude de isolamento e recusa proposital. Numa atividade lúdica, não só o produto é importante, mas a maneira resultante, ou seja, o ato em si, o momento vivido. Assim, as atividades recreativas permitem a quem experiências, momentos de encontro consigo mesmo, fantasia e realidade, virão momentos ainda mais agradáveis em termos de aprendizagem. Conforme Oliveira (1985):

Um recurso metodológico capaz de proporcionar aprendizagem espontâneo e natural. Estimula a crítica e a criatividade, a socialização, o estar, portanto, reconhecida como uma das atividades mais importantes - se não o mais importante pelo conteúdo sócio pedagógico. (Oliveira, 1985, p. 74)

A ludicidade tem recursos especiais como ter desafio, limites e especialmente a liberdade. Requer movimento, flexibilidade e é de natureza importante para a criança, mas onde nada é feito porque ele está tentando fazer o seu melhor. Conclui-se que através da brincadeira a criança aprende a conviver e a formar conceitos, desenvolvendo, passos tão importantes para o crescimento. Presentes para as crianças. Conforme Kishimoto (2010):

Quando brinca, a criança assimila o mundo à sua maneira, sem compromisso com a realidade, pois sua interação com o objeto não depende da natureza do objeto, mas da função que a criança lhe atribui ( Kishimoto, 2010, p. 66).

Os recursos exclusivos e elenco tornam-se mais difíceis porque é importante respeita a individualidade e singularidade de cada criança. E é por isso que um dos elementos que faz parte da ludicidade esta os recursos sensoriais, sendo importante na aprendizagem escolar referente ao desenvolvimento da criança nos seguintes aspectos: intelectual (inteligência), desenvolver o corpo, adaptar-se a um grupo social, fortalecer a comunicação, emocionais, principalmente porque são fatores importantes no crescimento da criança e na aprendizagem da educação infantil.

### **3.2 Ludicidade favorecendo a interação da criança autista**

Uma criança autista pode ter imaginação, comunicação e interação social, o que dificulta a comunicação, elas possuem dificuldade para desenvolverem certas habilidades (tanto verbal quanto não verbal com outras crianças, adultos e objetos, muitas das crianças não conseguem desenvolver a sua aprendizagem como outras crianças que não têm autismo porque se limita a repetições, o que ele não tem um fim que também dificulta seu contato com o mundo. Nesta perspectiva, as crianças autistas podem não ter criatividade e espontaneidade nas atividades diárias. Isso acontece porque eles geralmente agir como se a outra pessoa não existisse A ludicidade deve então ser inicialmente oferecida por uma estrutura que oferece às crianças autistas uma experiência lúdica.

Educadores tendem a não avaliar processos aprendizagem e desenvolvimento das crianças através da brincadeira, principalmente crianças com deficiência. Acontece porque as instituições acreditam um aluno com deficiência, incluindo um

aluno autista, tem deficiência e tem deficiência limitada que ocorrem no campo da abstração e da simbolização (Freitas 2021). Portanto, o jogo é incentivado para estas crianças de uma forma restrita que apenas agrava as desigualdades existentes nos domínios perceptivo-motor e comportamental. Conforme Bagarollo (2005):

[...] brincar não aparece como proposta pedagógica, mas entra no seu ambiente opções de maturação. Esta atividade também ocupa espaço inútil, no aprendizado, porque está parado, para alguém um dia, quando atinge a maturidade, é capaz de se desenvolver, e quando não é acontece, é devido à própria lesão. (Bagarollo, 2005 p. 3)

Portanto, o professor deve prestar mais atenção às crianças autistas que brincam porque também são capazes de aprender e desenvolver comunicação e interação que podem formar gradativamente com outras crianças ou adultos. E Para que isso aconteça, os incentivos pedagógicos devem ser levados em conta, pois se houver alguma desorganização, a brincadeira que poderia ser um mecanismo de favorecimento para o aprendizado pode se tornar desconfortável e confuso. Além disso, existem outros fatores no momento de brincar que podem dificultar o desenvolvimento das crianças com TEA. Cabe ao professor neste momento acompanhar a brincadeira livre da criança autista, mediando a interação com os outros participantes (Freitas, 2021).

Entendem-se que a criança com TEA tem obstáculos no relacionamento, essas pessoas não deveriam aproximá-los da interação com outras crianças da sua idade em situações no contexto escolar e principalmente nas brincadeiras. Nesse sentido, as brincadeiras são geralmente estruturadas e proporcionar um momento agradável em que todos participem. Para estimular a comunicação de uma criança autista com outras crianças, neste caso podem ser outras crianças assim como um professor ou família, você pode usar as brincadeiras de roda que são muito importantes para que a mesma entenda a importância do coletivo na sua construção. (Bagarollo, 2005):

[...] brincar, além de possibilitar os benefícios de desenvolvimento que são (opera no nível da imaginação, especifica o significado), dá uma um rico espaço social para circulação de linguagem e uso de ferramentas, uma importante fonte de processos de formação de matéria. (Bagarollo, 2005, p. 44.)

Ao manusear objetos e brinquedos, criança autista manifesta padrões de comportamento muito diferentes. Ele não pode usar sua criatividade quando está com eles quando muda, portanto, examine-os frequentemente pelo cheiro e sabor e pegue



cada objeto na boca, além disso, eles podem passar várias horas fazendo um movimento como, por exemplo, montar o mesmo quebra-cabeça ou preferir objetos duros a objetos macios, por exemplo, geralmente outras crianças que não têm autismo. Nessa perspectiva, depende do professor, da família e das pessoas envolvidas crianças autistas, estimulam sua criatividade. Segundo Kneller (1978), a criatividade implementa a imaginação humana e assim a transforma o método pelo qual as pessoas começam a lidar com informações e seus processos. Portanto, os recursos sensoriais ajudam a criança a se expressar e se comunicar com outras pessoas e objetos, até mesmo o que é visto como "estranho" em crianças autistas.

As experiências deste momento, em seguida, considerem seu desenvolvimento intelectual e social, o que facilita seu aprendizado (Freitas 2015). À luz desses estudos, pode-se argumentar que há um maior interesse em compreender a relação sobre uma criança autista e a interação social formada através da brincadeira. Nesse sentido, o momento presente aprendizagem entende praticamente em uma sala de aula específica como é essa relação está acontecendo.

#### **4 A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS SENSORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA COM TEA**

Os sistemas sensoriais são a estrutura dos órgãos que recebem e transmitem estímulos ao nosso redor para o cérebro, como olhos, nariz, ouvidos, etc. Dentro desses estímulos, todos nós já tivemos experiências sensoriais desagradáveis ou perturbadoras em algum momento de nossas vidas. Os mais comuns são unhas arranhando a tábua, manchas de coceira nas roupas, luzes fortes ou comida muito fria. Cada pessoa tem sua própria lista de sentimentos desagradáveis, e não há duas pessoas com a mesma lista. Por exemplo, algumas pessoas têm dificuldade em adormecer com a televisão ligada em segundo plano, enquanto outras acham que o ruído da televisão as ajuda a adormecer mais rapidamente. Uma pessoa pode se assustar com o barulho dos freios, enquanto outra pode nem perceber o som.

Algumas pessoas gostam de toques leves na pele, enquanto outras sentem cócegas e não toleram tais toques. Problemas sensoriais extremos são muito comuns no transtorno do espectro do autismo. Algumas crianças com TEA não toleram sons ou abraços, enquanto outras não reconhecem sons e preferem, abraços, pelo simples fato de que cada criança autista tem sua própria característica conforme Vygotsky (1998) “o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros”.

Uma criança pode ter uma resposta explosiva e exagerada a sons altos, enquanto outra pode não reagir de todo. Os indivíduos na infância que apresentam problemas sensoriais têm dificuldade em filtrar informações sensoriais. O seu sistema nervoso não sabe o que inibe e o que fortalece. Visualmente, as pessoas com TEA podem ter um olhar atípico e uma incapacidade de perceber emoções com base nas informações visuais que percebem em seus rostos.

Muitas crianças e adultos com transtorno do espectro do autismo têm dificuldade em organizar, interpretar e responder adequadamente às informações sensoriais. Como resultado, eles têm sistemas sensoriais que reagem de forma exagerada ou insuficiente. Conseqüentemente, eles podem reagir inesperadamente a sons, toques e pontos em tecidos e roupas (Carnicelli, 2019). Neste trabalho discutimos a importância dos sistemas sensoriais para crianças com TEA.

Uma das manifestações mais comuns de distúrbios do sistema sensorial no autismo é a falta de contato visual. A criança pode desviar o olhar e ter dificuldade em fazer contato visual, além de não prestar atenção a vários sinais visuais durante as interações sociais. Crianças com distúrbios do toque podem ter dificuldade em tolerar as sensações ao se vestir, se arrumar ou até mesmo ao mastigar alimentos.

Os terapeutas podem trabalhar com crianças táteis para sensibilizá-las a texturas e toques inevitáveis. Isso pode acontecer gradativamente ao longo do tempo, ensinando as crianças a tolerar o contato cada vez mais prolongado com as aulas evitadas. Outros exemplos podem incluir: Comportamento incomum de busca sensorial, como cheirar objetos ou olhar para objetos em movimento. Comportamento incomum de evitação sensorial, incluindo evitação de sons e texturas cotidianas, como secadores de cabelo, toalhas, aspiradores de pó e areia. Comportamentos auto estimantes, como tapas na testa, palmas e andar nas pontas dos pés (Carnicelli, 2019).

Os recursos sensoriais desempenham um papel central no bem-estar e na regulação emocional, beneficiando tanto as pessoas em geral como aquelas que enfrentam desafios específicos, como o processamento sensorial, o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e o autismo. Para o público, características sensoriais envolventes podem induzir relaxamento, aliviar o estresse e aumentar a concentração. Ambientes com iluminação suave, música suave e texturas agradáveis são exemplos de recursos sensoriais que podem promover um ambiente mais caseiro e produtivo. Pessoas com dificuldade no seu processamento sensorial frequentemente enfrentam desafios com estímulos sensoriais cotidianos.

Recursos como fones de ouvido com cancelamento de ruído, almofadas pesadas e objetos de estimulação tátil podem ajudar a modular e controlar a exposição sensorial, proporcionando uma experiência mais gerenciável. Para pessoas com TDAH, combinar recursos sensoriais pode ajudar a aumentar o foco e a concentração. Itens como bolas anti-stress, almofadas de assento texturizadas e brinquedos sensoriais discretos podem fornecer uma saída física e sensorial para o excesso de energia, ajudando a melhorar a atenção. Lean (2016) Enfatiza:

[...] a criança tem um número bem extenso de atividades que deve realizar. Ela brinca, pinta, ouve músicas, dorme, come. [...] a criança típica tem flexibilidade no pensamento e boas habilidades de compressão e expressão, ela vai acompanhando essas mudanças, adaptando o seu comportamento sem maiores dificuldades. (Lean,2016, p. 26)

No contexto do autismo, os recursos sensoriais são frequentemente incorporados em intervenções terapêuticas para atender a necessidades específicas de sensibilidade sensorial. Tapetes sensoriais, brinquedos estampados e luzes calmantes são exemplos de recursos que podem ser adaptados para criar um ambiente mais inclusivo e apoiar o desenvolvimento emocional e comportamental.

A incorporação de características sensoriais não só melhora a qualidade de vida das crianças mas também promove um ambiente crianças autista mais e acessível e convidativo para todas as pessoas (Carnicelli, 2019). Esta abordagem leva em conta a diversidade de experiências sensoriais e reconhece a importância de criar espaços que respeitem e atendam às necessidades individuais.

## 5 METODOLOGIA

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, em seus procedimentos metodológicos, utilizou a pesquisas de natureza bibliográfica de abordagem qualitativa, através das quais buscamos as contribuições teóricas dos autores, acerca da temática em estudo. Sobre a pesquisa bibliográfica o pensamento de Fonseca (2002) enfatiza:

A partir do estudo de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de internet. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite que o pesquisador possa conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de colher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Em concordância com o pensamento de Fonseca (2002) sobre a pesquisa bibliográfica, Severino (2007) afirma:

Decorrente de pesquisas anteriores utilizando dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrado, em livros, artigos, teses e sites que tenham os devidos conhecimentos para auxiliar o pesquisador a trabalhar a partir de contribuições dos autores dos estudos críticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 122).

Podemos assim afirmar que a pesquisa consiste em informações nas quais são fontes para a base teórica na investigação dos estudos dos textos que possam colaborar no desenvolvimento do trabalho. Em relação à abordagem qualitativa, conforme Pope e Mays, (2005):

A pesquisa qualitativa está referente aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências dentro do mundo social e como as Pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os Fatos sociais, em forma de Sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é geralmente referida como pesquisa interpretativa (Pope; Mays, 2005, p.13.).

Atribuindo o pensamento de Pope e Mays (2005) sobre a pesquisa qualitativa, Minayo (2014) contribui:

O método qualitativo e o estudo da história que se pode aplica das relações das apresentações, das crenças, das percepções, e das opiniões, e das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e Pensam (Minayo, 2014, p.57).

Toda pesquisa toma-se dos fatos que as orienta e se expressa pelos caminhos que a constroem, tratando-se de uma etapa muito importante e essencial para o trabalho de investigação científica, tendo uma proposta ao estudo de textos impressos nas quais são buscadas informações que ajuda para progredir no estudo de um determinado tema.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Crianças autista com seus sistemas sensoriais podem não querer participar de atividades que envolvam movimento, podendo se sentir desmotivadas. Os recursos sensoriais para o desenvolvimento da criança com TEA para progredir no ambiente escolar tem importância devido à necessidade que a criança tem em se comunicar no ambiente escolar, os recursos sensoriais para a criança com TEA na educação tem sido um desafio para as escolas pois muitas das vezes a mesma apresentam característica variadas que compromete desde das suas relações e interações com outras pessoas até a sua linguagem, necessitando assim de apoio no processo de aprendizagem em salas de aula.

Em virtude das dificuldades que os professores têm em lidar com os comportamentos da criança com TEA, entende-se que os recursos sensoriais e uma proposta que oportuniza a obtenção de resultados satisfatórios para todo aquele indivíduo com necessidades especiais na aprendizagem da criança, porém o recurso sensorial nas escolas vem promover também o melhor desenvolvimento da criança seja ele social, objetivo, cognitivo, psicológico mental.

Esperamos que com este trabalho o leitor venha entender como é o funcionamento e os benefícios que os métodos sensoriais de cada criança, que os profissionais venham se envolver no processo de aprendizagem da criança de uma maneira agradável e eficaz

## REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. 1992. **A Criança e Seus Jogos**. Porto Alegre, Artes Médica, 1992.
- Bagarollo, M. F. **A Ressignificação do Brincar das Crianças Autistas**. Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba, São Paulo. 2005
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Lei Federal n. **8069**, de 13 de julho de 1990. ECA \_ Estatuto da Criança e do Adolescente, Disponível em: [http// amperj.org.br](http://amperj.org.br). Acesso em: 19 de agosto de 2011.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. 1996, Brasília, Disponível em: [http// www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em: 19 de agosto de 2011.
- BRASIL. **Saberes e Práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem Autismo**. Brasília: MEC, 2003.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília, MEC, 2008. Disponível em: [http// portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br). Acesso em: 20 de agosto de 2011.
- BRASIL. **Diretrizes curriculares para a Educação Infantil**, Brasília, MEC, 2009. Disponível em: [http//portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br). Acesso em: 18 de novembro de 2011.
- FONSECA, V. **Desenvolvimento psicomotor e aprendizagem**. In: FONSECA, V. *Perspectiva Sócio- Histórica da Psicomotricidade: introdução à obra de Vygotsky*. Artmed, Porto Alegre, p.375-404, 2008.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: uec, 2002.
- FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- FRIEDMAN, A. **Brincar: crescer e aprender**. O resgate da cultura infantil. São Paulo: Moderna, 1996.
- KISHIMOTO, T. M. (org.) **Jogo, Brinquedo e Brincadeira**. São Paulo: Pioneira, 1994.
- KISHIMOTO, T. M (Org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos tradicionais infantis: O jogo, a criança e a educação**. Petrópolis: Vozes 1993.



KISHIMOTO, T.M. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. Cortez, São Paulo, p. 109- 141, 2001

KNELLER, G. F. **Arte e ciência da criatividade** (5. ed.). São Paulo: IBRASA.1978

LEAR, K. **Ajude-nos a aprender: manual de treinamento em ABA**. Canadá, p. 1-2016

MADER, G. **Integração da Pessoa Portadora de Deficiência: a vivência de um novo paradigma**. São Paulo: Memnon,1997.

MANTOAN, M. T. **Inclusão Escolar: O que? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENEZES, R. M. **Processo de gasto e descentralização na política educacional brasileira**. Em Aberto, Brasília, DF, v. 18, n. 74, p. 58-71, dez. 2001.

MINAYO, M, C. de S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407.

MRECH, L.M. **O uso de brinquedos e jogos na intervenção psicopedagógica de crianças com necessidades especiais**. 2001

NALLIN, Claudia Góes Franco. **Memorial de Formação: o papel dos jogos e brincadeiras na Educação Infantil**. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

POPE, C.; MAYS, N. **Pesquisa Qualitativa na Atenção à Saúde**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118.

CNE/CEB. **Resolução n.º 2, de 11 de setembro de 2001**. institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

RAU, M.C. **A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica**. Curitiba:2009.

SALAMANCA-**Declaração**.linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.Brásília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência,1994.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D.V. da, HAETINGER, M. G. **Ludicidade e Psicomotricidade**. In: SILVA, D.V. da, HAETINGER, M. G. **Criatividade e sua importância para a Educação**. Iesde, Curitiba, p. 112-122, 2007.

RIBEIRO, Suely de Souza.; MALAQUIAS, Maiane Santos.; **A Importância do Lúdico no Processo de Ensino Aprendizagem no Desenvolvimento da Infância**. Bahia: 2013

VYGOTSKY, A.L. **Imaginação e criação na infância**. In: SMOLKA, A.L. **Imaginação e realidade**. Ática, São Paulo, p. 19-34, 2009